FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO ESCOLAR

GESTÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS PARA UMA GESTÃO DE QUALIDADE

ARACAJU

2016

FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS PARA UMA GESTÃO DE QUALIDADE

GESTÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS PARA UMA GESTÃO DE QUALIDADE

SIMONE MARIA DE JESUS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à faculdade São Luís de França como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de especialista em Gestão Escolar e empresarial.

Orientadora: Prof.ª. Msc Analice Alves Marinho

ARACAJU

2016

GESTÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS PARA UMA GESTÃO DE QUALIDADE

SIMONE MARIA DE JESUS

Resumo

1.Introdução

Atualmente estamos vivendo na era do avanço tecnológicos, em que o profissional, precisar buscar e se adaptar as novas mudanças. Este trabalho propõe estudar, quais são os fundamentos necessários para uma gestão de qualidade, ou seja, o que é necessário para que uma organização escolar, de fato funcione e cumpra com o seu papel diante da sociedade? E qual é o papel do gestor em relação a organização da escola. O que ele deve fazer diante das novas mudanças tecnológicas. E como um gestor deve agir diante das novas mudanças tecnológicas e políticas. E como o diretor deve ser orientado ao seu papel de gestor.

Este artigo busca a refletir e compreender qual escola é que queremos para nossos filhos, o que é necessário para que todo o corpo escolar, exerçam um trabalho de qualidade, quais são os pontos negativos e positivos que nortearão os segmentos ser observados diante de uma administração escolar

1. O papel do diretor escolar na Gestão Escolar

Para que o diretor exerça de fato sua liderança são necessários alguns requisitos fundamentais que contribuíram para uma gestão de qualidade, o diretor deve focar na sua capacidade de influenciar pessoas. A ele lhe cabe a responsabilidade de liderar a todos que compõem a comunidade escolar, para que o mesmo possa realizar os objetivos educacionais propostos pela escola.

Entende-se que o processo de gestão se constitui na organização de talento humano para trabalhar coletivamente na participação de objetivos educacionais, considerando que a gestão é um processo compartilhado, por isso se faz necessário também partilhar a liderança com os demais profissionais, envolvendo-os na tomada de decisões, fazendo-o todos os membros da comunidade escolar, participarem da tomada de decisões. Conforme identificado por Hallon (1990), todo o participante de um grupo social tem o potencial para o exercício da liderança, nos vários grupos sociais, dos quais participam. Nos quais há sempre oportunidades para o exercício de vários tipos e formas de liderança.

É importante enfatizar que os profissionais que exerce a função de liderança precisam dedicar-se ao estudo, a observação. Para que se possa refletir sobre a maneira de exercer uma liderança competente.

3.Como exercer a gestão democraticamente no ambiente escolar.

É importante que a organização social trabalhe a questão da gestão democrática, visando sempre o coletivo para que todos os membros da comunidade escolar possam ter a liberdade, para participar das reuniões compartilhada para que juntos alcancem os objetivos desejado da organização.

A escola tem o papel fundamental de promover o desenvolvimento de capacidade para o exercício da cidadania, buscando envolver os alunos no exercício da liderança compartilhada que é um fundamento importante na gestão escolar. Outro fator relevante é que as pessoas que ocupam cargos de liderança possuem a responsabilidade de influenciar a sua equipe na realização dos trabalhos propostos buscando um resultado satisfatório.

Considerando a gestão democrática como um fator essencial no ambiente escolar é comum que ampliemos os valores que repercutem para que a escola possa desenvolver processos que articulem na tomada de decisão participativa que elevem os diferentes discursos relevantes que farão o corpo escolar a participação efetiva e coletiva de todos que compõem o corpo escolar.

A participação deve entendida como um elemento que compõe o sistema escolar no âmbito democrático e sistemático, não existe uma forma apenas de trabalho há dinâmicas que se caracterizam por processo formativos e coletivos que compartilham ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. Assim, por gestão democrática entendemos a garantia de mecanismos e condições para que esses espaços de participação, partilhem a descentralização do poder.

É importante ressaltar que o processo de gestão e democratização dos sistemas de ensino e da escola implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e tomadas de decisões. A gestão de uma escola se traduz como um ato político ela deve ser focada na participação de todos que fazem parte de escola como pais, professores, funcionários, estudantes, entende-se que a construção da gestão democrática não pode ser individual, pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões.

A LDB dispõe que:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselho escolares ou equivalentes

4. Os mecanismos de participação e a autonomia da escola

Pensar gestão democrática implica ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais em que se encontram as instituições educativas, objetivando alcançar a cada dia mais autonomia. Quando falamos em autonomia, estamos defendendo que a comunidade escolar tenha um grau de independência e liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político-pedagógico, entendendo que se faz necessário para que a escola cresça e consiga suas metas.

O conceito de autonomia, Segundo Barroso (2001, p.16),

Está etimologicamente ligado à ideia de autogoverno, isto é, a faculdade que os indivíduos ou organizações têm de se regerem por regras próprias. Contudo, se a autonomia pressupõe a liberdade e a capacidade de decidir, ela não se confunde com a independência`. A autonomia é um conceito relacional somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa, pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime sempre um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não e não ser em relação a outras’’. Desse modo, é possível concluir que a autonomia precisa ser cotidianamente construída, não sendo, portanto, resultado de atos e resoluções decretadas. A garantia de progressivos graus de autonomia é fundamental para a efetivação de processos de gestão democrática.

Barroso (2001, p18-23) aponta sete princípios para a elaboração de um programa de reforço da autonomia das escolas:

1. O reforço da autonomia da escola deve ser definido levando em conta as diferentes dimensões das políticas educacionais.
2. A “autonomia das escolas” é sempre uma autonomia relativa, uma vez que é condicionada pelos poderes públicos e pelo contexto em que se efetiva.
3. Uma política de reforço da autonomia das escolas não se limita a dispositivos legais, mas exige a criação de condições e dispositivos que permitam a autonomias individuais e a construção do sentido coletivo.
4. A ‘ autonomia “ não pode ser considerada como uma “ obrigação” para as escolas, mas sim como uma “ possiblidade.
5. O reforço da autonomia das escolas não tem função em si mesmo, mas é um meio para que elas ampliem e melhorem as oportunidades educacionais que oferecem.
6. A autonomia é um investimento baseado em comprimento e implica melhoria e avanços para a escola.
7. A autonomia também se aprende.

Ou seja, entendemos a autonomia e a gestão democrática como espaços articulados de construção diária e, portanto, resultado da mobilização e do envolvimento de todos no patrulhamento de poder e no compromisso com o aprendizado político desse processo que se efetiva no exercício de construção cotidiana das várias formas de participação. A construção da autonomia é processual e se articula ao esforço mais amplo de democratização da escola.

Por isso é necessário que haja uma política efetiva de gestão democrática de projetos, na instituição educativa, que venham a atender as necessidades da comunidade escolar. A construção desses processos deve ser focada na participação efetiva de escolha de dirigentes escolares e de outro mecanismo de participação cidadã sugere, portanto, a vivencia de dinâmicas coletivas de participação nas esferas de poder e de decisão, pois os processos de participação, cuja natureza, caráter e finalidades se direcionam para a implementação de dinâmicas coletivas, implicam o compromisso com o patrulhamento de dinâmicas coletivas, implicam o compromisso com o partilha- mento do poder por meio de mecanismo de participação envolvendo só atores e o seu papel nesse processo.

5.Como deve ser a relação escola e comunidade

É importante que o diretor tenha várias estratégias de como inserir a comunidade no ambiente escolar. Atualmente a tecnologia tem avançado, e são inúmeras as responsabilidades de um diretor com a escola em geral, por isso a comunidade faz um papel importante, na atuação escolar, incluindo nas atividades a família em reunião de pais, para que eles participem e acompanhe o desenvolvimento dos seus filhos, dando sugestões para melhoria da qualidade do ensino, se fazendo presente e participativo em todo processo de ensino e aprendizagem do seu filho, nas atividades festivas como são João, datas comemorativas, como dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, dia da independência do Brasil, dia do folclore, dia consciência Negra, dia da páscoa, etc.

Segundo Rodrigues,

“ O colegiado é órgão coletivo de decisões e de análise dos problemas da escola. (...) O colegiado representa, também, uma mudança tanto nos processos de tomadas-de decisão, administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamento com a comunidade ou com os órgãos superiores da administração educacional” (1984, p.73).

De acordo com Rodriguez é necessário que o órgão colegiado se faça presente na tomada de decisões e de análise dos problemas da escola, ou seja é importante que se tenha um bom relacionamento com a comunidade, trabalhando sempre as problemáticas da escola, observando e avaliando quais são as dificuldades encontradas no âmbito social, visando os aspectos relevantes que pode contribuir com o avanço educacional de cada aluno. E propondo melhorias para que a escola não fique estagnada aos seus próprios saberes, pesquise sempre, novos métodos educativos, obtendo assim uma perspectiva de uma nova escola que atenda as expectavas do mundo capitalista. Que esteja preparada para competir com o contexto real do mundo contemporâneo que busque a transformação real. Para satisfazer a necessidade humana. Por isso que a escola como tem o seu papel diante da sociedade de formar cidadãos para vida, precisa rever e sobreviver diante do mundo tecnológico. Trazendo os pontos negativos e positivos para a realidade atual, que compõe o quadro escolar, para que possa trabalhar o coletivo escola e comunidade.

6.

7. Conclusão

8. Referências